


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Em 12/11/2018 11:05:04, faço estes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, **Dr. Ana Cláudia Habice Kock**. Eu, _____, Diretor de Divisão, subscrevo.

SENTENÇA

Processo nº: **1011083-55.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **OMNI S/A - Credito, Financiamento e Investimento**
 Requerido: **Gracilene Ribeiro da Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**

Vistos.

Trata-se de **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária** proposta por **OMNI S/A - Credito, Financiamento e Investimento** em face de **Gracilene Ribeiro da Silva**, referente a um contrato de abertura de crédito com cláusula de alienação fiduciária para aquisição do veículo descrito na inicial que deveria ser pago em parcelas mensais. A obrigação não foi cumprida, tendo sido constituída em mora a devedora. Em decorrência, houve pedido liminar de busca e apreensão e citação da ré, sob pena de procedência da ação com a consolidação da propriedade e posse do bem apreendido.

A liminar foi deferida e cumprida em 02 de outubro de 2018, sendo nomeado depositário.

A ré foi citada pessoalmente e não contestou o pedido e nem purgou a mora, deixando transcorrer o prazo "in albis" (fls. 40).

É O RELATÓRIO.
FUNDAMENTO E DECIDO.

O processo comporta julgamento antecipado, nos termos dos incisos I e II, do artigo 355 do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria de fato e direito, passível de julgamento com as provas constantes dos autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

A ré é revel, de modo que deve ser aplicada a regra do art. 344 do Código de Processo Civil, impondo-se a procedência do pedido.

Os documentos que instruíram a inicial, comprovam a legitimidade das partes para os termos da presente Ação de Busca e Apreensão. O contrato caracteriza a alienação fiduciária em garantia do veículo descrito no mesmo e a mora da ré está comprovada nos autos pela notificação extrajudicial.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação de busca e apreensão, consolidando nas mãos da autora o domínio e a posse exclusiva do veículo descrito na inicial, cuja apreensão torno definitiva, levantando-se o depósito judicial e sendo facultada a venda do bem pela autora, na forma estabelecida no art. 3º, 15º do Dec. lei nº 911/69, com a nova redação dada pela Lei n. 13.043/14.

A ré arcará com o pagamento das custas e despesas processuais e extrajudiciais, mais honorários advocatícios do procurador da autora, que arbitro em 10% sobre o valor dado à causa.

Publique-se e intimem-se.

Araraquara, 26 de novembro de 2018.

(assinatura digital na margem direita)

DATA

Em 26 de novembro de 2018, recebi estes autos em cartório. Nada mais. Eu, _____, Escrivão Judicial I, subscrevo.